

REFLEXÕES SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEXUALIDADE: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Camila Mugnai Vieira¹; Priscila Mugnai Vieira²

REFLECTIONS ABOUT INTELLECTUAL DISABILITIES AND SEXUALITY: CHALLENGES FOR EDUCATION

Resumo: O presente artigo apresenta reflexões acerca da temática da sexualidade, destacando aspectos educacionais, especialmente com relação a pessoas com deficiência intelectual. É apresentado o conceito ampliado de sexualidade, que vai além do ato sexual, e considera aspectos fisiológicos, psicológicos, culturais, históricos e sociais deste fenômeno. É proposto um panorama da sexualidade em nossa sociedade atual, com destaques para os conflitos vivenciados pelos jovens. Introduce-se a temática da educação sexual, com breve retomada de sua história e exposição de seus princípios e práticas na atualidade. Debate-se o papel do educador e possíveis estratégias para se trabalhar o tema. Nesse contexto, propõem-se reflexões sobre a sexualidade e a educação sexual junto a pessoas com deficiência intelectual. São debatidas algumas concepções de deficiência intelectual e os mitos quanto à sexualidade. Propõe-se reflexões sobre práticas, buscando desmistificar crenças equivocadas e ampliar possibilidades à educação, que oportunizem às pessoas uma vivência positiva e saudável de sua sexualidade, sendo este um direito de todos os cidadãos, com ou sem deficiência.

Palavras chave: sexualidade; educação sexual; educação especial; pessoas com deficiência

Abstract: This paper reflects on the theme of sexuality, highlighting educational aspects, especially related to people with intellectual disabilities. It appears the broader concept of sexuality that goes beyond the sexual act, and considers physiological, psychological, cultural, historical and social aspects of this phenomenon. One sexuality panorama is proposed in our current society, with emphasis on the conflicts experienced by young people. It introduces the topic of sexual education, with a brief resume of its history and exposure of its principles and practices today. It is debate the role of educator and possible strategies to work the issue. In this context, it proposes reflections on sexuality and sexual education with people with intellectual disabilities. They are debated some intellectual disability concepts and myths regarding sexuality. It is proposed reflections on practices, seeking to demystify mistaken beliefs and expanding possibilities for education, which assists people a positive and healthy experience of their sexuality, which is a right of all citizens, with or without disabilities.

Keywords: sexuality; sex education; education; special; disabled persons

¹Docente e chefe da disciplina de psicologia da Faculdade de Medicina de Marília (Famema). Doutora em educação pela Unesp/ Marília e mestre em educação especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: camilamugnai@gmail.com

²Mestre em terapia ocupacional e especialista em saúde da família pela UFSCar.

Introdução

Sexualidade: qual o papel da educação?

Ainda nos dias atuais, a sexualidade é compreendida em vários cenários como restrita às dimensões fisiológicas, à função reprodutiva e ao ato sexual. No entanto, a literatura aponta que a sexualidade se trata de um fenômeno amplo, construído a partir de arranjos subjetivos, biológicos, sociais e culturais, que se expressam coletivamente de diferentes formas (CHAUÍ, 1985; MEIRA et al., 2006). Do mesmo modo, a sexualidade envolve diferentes processos que se relacionam às descobertas de desejos, prazeres e envolvem, portanto, a relação consigo mesmo e com o outro, bem como revelam mudanças no modo de expressão, de acordo com o período do desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, aponta-se que a sexualidade é um fenômeno complexo, constituído e atravessado por valores e normas imperantes nos diversos contextos sociais, culturais e históricos (GOMES, 2013; CHAUÍ, 1985; MEIRA et al., 2006).

Especificamente no período da adolescência, destacam-se múltiplas mudanças que ocorrem na vida dos sujeitos, tanto fisiológicas quanto nas dimensões sociais, subjetivas e culturais, sendo a sexualidade elemento que faz parte destas transformações (BORGES, 2004). Questões vinculadas à sexualidade compõem parte destas mudanças que ocorrem na adolescência e revelam-se como elemento formador da identidade (COSTA et al., 2001).

O desejo e o prazer humanos podem ser considerados privados, mas a sexualidade é construída nas relações sociais. As formas de vivenciá-la dependem do contexto cultural e do momento histórico vivido. Com a Revolução Industrial, as prioridades deveriam ser as questões relacionadas estritamente ao trabalho, e os demais aspectos relativos aos prazeres e desejos, que resultassem em gasto de energia, deveriam ser reprimidos (FOUCAULT, 1985; PRIORE, 2011). Neste momento histórico, a mensagem veiculada era de que o sexo e demais questões vinculadas ao exercício da sexualidade eram fonte de malefícios físicos e mentais (FOUCAULT, 1985). Chauí (1985) afirma que no século XIX o sexo passa a ser percebido como um problema de saúde e, a partir de uma perspectiva e concepção higienistas, passam a ser definidas normatizações de condutas e comportamentos sexuais. A medicina começa a dedicar-se ao estudo do sexo, enfocando a classificação de anomalias e

aberrações, contribuindo para repressão, utilizando o termo “desvio” ou “doença” em vez de “pecado”, dando continuidade às conotações de sexualidade ligada à “vergonha”, “perigo”, “culpa”. Assim, o sexo devia voltar-se para sua função reprodutiva, na forma heterossexual e adulta, destinado à legitimação do matrimônio (FIGUEIRÓ, 1996). Como se pode perceber, a repressão alastrou-se pelo século XIX e influenciou ainda o século XX. Neste, assistimos a luta pela libertação sexual, marcada pelo movimento feminista, a defesa da pílula anticoncepcional, o movimento *hippie*, com seu lema “paz e amor”.

Atualmente, as pessoas vivenciam um momento de fortes conflitos. Por um lado, ainda permanecem tabus, valores influenciados pela religião e moralidade tradicional, por outro, o sexo tem estado cada vez mais presente nos meios de comunicação, nos debates educacionais e nas conversas informais. O que se pode perceber é que a “liberdade sexual” que hoje é vivenciada é totalmente diferente daquela descrita por Foucault (1985) de séculos atrás. Isso devido ao longo período de repressão vivenciado e que ainda hoje influencia as práticas e gerou valores cristalizados. Pode-se dizer que hoje, a “repressão” ou o controle social do comportamento humano encontram-se mascarados de certa forma ou apresentam-se em um paradoxo que tem gerado aos jovens muitos conflitos. Mais que um conflito entre “proibição e permissão” em diferentes contextos, os jovens têm vivenciado extremos de “proibição e incitação”.

O controle social não precisa vir na forma de “proibição”, como se apresenta muitas vezes, mas pode vir na forma de “incitação” (FOUCAULT, 1985). O que se tem visto hoje é um bombardeamento de informações pelos meios de comunicação e a indústria cultural, algumas adequadas, muitas distorcidas. Uma “tempestade” de imagens e sons, que tem de certa forma controlado o comportamento sexual dos jovens, pois estes se sentem “forçados” a vivenciarem sua sexualidade no tempo e nos padrões ditados socialmente, sem que necessariamente apresentem amadurecimento emocional para isso ou mesmo desenvolvam sua autonomia e consciência de si nesse processo.

O que se tem visto é a sexualidade humana ser reduzida apenas à genitalidade, ser transformada em produto, objeto de mercado, sendo relacionada ao consumo de carros, bebidas e outros produtos, onde o que mais vale é a quantidade e não a qualidade. As relações

de afeto ou prazer em relações humanas estão sendo transformadas em busca do prazer puramente individual, totalmente independente e indiferente ao outro. As questões de gênero são tratadas com vulgaridade, a figura feminina é desvalorizada ou cultuada enquanto seu atributo de beleza e sensualidade apenas. Isso tem se estendido ao homem. Músicas e programas televisivos ilustram isso todos os dias. A virgindade, por exemplo, antes imprescindível, passa a ser evitada o quanto antes para que a garota não seja considerada “careta” demais.

Questões como a AIDS hoje são um desafio a todos. As pessoas têm que começar uma relação de afeto e confiança com alguém, baseados justamente no oposto, na desconfiança, no princípio da incerteza e nas possibilidades de morbidez das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Muitas vezes o que muitas pessoas fazem, não só os adolescentes, é fingir que essas coisas não existem, ou pelo menos não podem atingi-los. Esse é um mecanismo de defesa de negação, a resposta emocional a esses conflitos, que se concretiza com a não utilização de preservativos e de métodos contraceptivos e exposição a situações de risco.

Especificamente na fase da adolescência, Brêtas (2010) aponta sobre o sentimento de “onipotência”, que pode ser entendido como uma sensação de invulnerabilidade no comportamento de adolescentes, algo que pode ser considerado como um importante aspecto relacionado ao aumento do risco e vulnerabilidade, nesta etapa do desenvolvimento, frente às diversas questões, dentre elas a sexualidade.

Paradoxalmente a toda essa exposição do sexo, a nossa sociedade ainda se mantém conservadora quanto à liberdade sexual, de modo que os pais ainda têm dificuldade de conversar com seus filhos a respeito de sexo e os próprios educadores sentem-se despreparados para falar sobre o assunto, preferindo assim negá-lo, negligenciá-lo ou agir de modo repressor. No presente texto são apontadas questões sem uma resposta final ou certa, mas que pretendem levar à reflexão sobre a realidade atual, os conflitos enfrentados pelos jovens e debates sobre possíveis contribuições da educação para a temática.

Imagine como se sentem os jovens vivendo em meio a essas contradições, que oscilam entre a repressão (quando as famílias e a escola, por exemplo, muitas vezes silenciam ou abordam temáticas vinculadas à sexualidade), e a permissividade (quando em outros contextos, como nas

baladas, letras de música e programas televisivos, veiculam-se outras concepções, que muitas vezes vulgarizam e banalizam as questões vinculadas à sexualidade). Tudo isso em meio a hormônios, emoções, sensações, dúvidas.

O que talvez seja fundamental no momento atual é o próprio conflito, pois por mais que este angustie, ele apresenta várias possibilidades e alternativas. Mesmo estas sendo contraditórias e gerando dúvidas e incertezas, as pessoas não estão mais totalmente presas apenas à limitação, repressão e proibição. Embora haja padrões e normas ditados, que de certa forma influenciam e pressionam a todos, como já foi colocado, o momento ainda parece propiciar mais reflexões, que podem levar a mudanças mais rapidamente. Isso depende de cada cidadão e das políticas e práticas educacionais implementadas.

Desde a década de 1920 é prevista a educação sexual nas escolas, embora a partir de uma concepção mais repressora, atravessada fortemente por valores religiosos, morais e controladores da sexualidade (NARDI; QUARTIERO, 2012). A literatura aponta que esse modelo de prática perdurou aproximadamente até a década de 1950, embora tais padrões ultrapassados permaneçam predominantes em práticas atuais (NARDI; QUARTIERO, 2012).

Nos anos 1970 e mais firmemente nos anos 1980, a educação sexual passou a ter um papel importante de prevenção na saúde de um lado e de outro, de controle social. Falava-se o que era proibido, sem justificativas, o sexo era ligado à culpa, vergonha, pecado, doenças, problemas, o que Bernardi (1985) chamou de “falsos educadores”. E esses valores sociais eram introjetados por cada indivíduo particularmente, passando a gerar os sentimentos a eles associados. O objetivo da educação sexual era fazer com que os jovens seguissem sua vida sexual de acordo com o desejo dos educadores, numa relação desigual de dominação e heteronomia. Mas, como a sexualidade é parte da vida humana, continuou a existir, e as práticas se transformaram com as mudanças sociais e por outro lado, transformaram a sociedade.

O que ocorre, de um modo geral, é que as práticas educativas vinculadas à sexualidade revelam uma abordagem reguladora e biologicizante acerca do tema, de forma que o foco se mostra relacionado às dimensões fisiológicas e preventivas da sexualidade, com destaque às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez na adolescência (PIMENTA; TOMITA, 2007; NARDI,

2008). Nesta direção, os debates caracterizam-se por uma gama de informações sobre a fisiologia e os órgãos sexuais humanos, transmitidas de modo descontextualizado e como uma obrigatoriedade desvinculada da vida das pessoas. Infelizmente, não há atenção para os aspectos sociais e afetivos presentes na sexualidade.

Com relação às vulnerabilidades e à sexualidade na adolescência, Taquette, Vilhena e Paula (2004) apontam que a maneira como ocorrem os processos de iniciação da vida sexual, relacionados especialmente à adoção de comportamentos mais responsivos e preventivos, pode estabelecer os padrões de comportamento para a vida sexual futura. Este indicativo ressalta a potencialidade de se investir em práticas vinculadas à educação sexual junto à população adolescente (TAQUETTE; VILHENA; PAULA, 2004).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lançados em 1997, propõem que a sexualidade seja abordada nas escolas como temática transversal, ou seja, que este fenômeno seja trabalhado enquanto um recorte nas diversas disciplinas, estando ou não ligadas às ciências naturais (BRASIL, 1997). Nos PCN, a educação sexual revela-se respaldada por uma perspectiva de cidadania, que reconhece os direitos sexuais na adolescência (BARREIRO, TEIXEIRA-FILHO; VIEIRA, 2006). Apesar dos avanços relativos ao modelo de educação sexual e às concepções relacionadas à sexualidade que respaldam os PCN, aponta-se que a não obrigatoriedade da utilização desta política revela uma fragilidade no que concerne às práticas de educação sexual desenvolvidas nas escolas (FONTES, 2008).

Com relação ao desenvolvimento da educação sexual, a literatura aponta que muitos profissionais têm se mostrado inseguros e despreparados, devido a fragilidades em sua formação, bem como em função de questões mais subjetivas e sociais, tais como preconceitos e tabus que envolvem a sexualidade em nossa sociedade (PIMENTA; TOMITA, 2007; NARDI; QUARTIERO, 2012; FIGUEIRÓ, 2006)

É importante ressaltar que todas as pessoas educam sexualmente, mesmo não sendo professores ou estando sempre em silêncio com relação ao tema. As palavras, a fala e o silêncio, ações e omissões, revelam o que as pessoas pensam e sentem sobre o mundo e as coisas, inclusive sobre a sexualidade. Refletem suas concepções e, de alguma forma, influenciam as pessoas ao redor e a construção dos valores sociais.

As questões de diversidade sexual podem

se configurar como um exemplo dos impactos do silenciamento. Com relação a esta questão, Nardi (2008) ressalta a necessidade de esta temática ser abordada junto aos adolescentes nas escolas, uma vez que a escola se configura como um importante espaço de socialização, que contribui para a construção de valores éticos e humanos. Desse modo, considera-se que silenciar sobre esta demanda, seria perder parte da possibilidade de sensibilizar os adolescentes sobre o respeito às diversidades, sobre os direitos, o combate à homofobia e o entendimento que o exercício da sexualidade é direito humano (NARDI, 2008; FONTES, 2008).

Assim, entende-se que é necessária uma reeducação de todos os cidadãos e dos próprios professores, para que a educação sexual se efetive nas escolas e sociedade geral. As colocações feitas a partir desse momento referem-se a professores, educadores formais e ao contexto escolar, mas cabem a todas as pessoas, enquanto pais, irmãos, amigos, outros profissionais, pois, conforme colocado, todos são educadores, querendo, percebendo ou não, são todos responsáveis por reflexões e transformações com relação a essa temática.

A educação sexual deve ocorrer nas escolas por várias razões, como por exemplo, a sensação de despreparo de muitas famílias para abordarem sobre a sexualidade, bem como pelo papel educativo que a instituição escolar apresenta. Com relação a esta dificuldade de as famílias abordarem questões relativas à sexualidade dos filhos, a literatura aponta que o sentimento de vergonha das famílias com relação à sexualidade pode resultar na desinformação dos adolescentes (MOREIRA et al., 2008).

Do mesmo modo, entende-se que a educação sexual deve ocorrer no espaço escolar porque é o papel da escola educar os indivíduos integralmente, em todos seus aspectos. O espaço escolar revela-se como um importante local de socialização no processo de formação para o exercício da cidadania, bem como para os valores éticos e humanos (NARDI, 2008; ALTMANN, 2013; PEREIRA, 2011).

Assim, sendo a sexualidade um aspecto fundamental da vida de todos os indivíduos, cabe à escola a educação nesse âmbito também. Além disso, se hoje falamos no contexto da educação inclusiva, todos os esforços da escola devem estar voltados para construção de relações mais justas, de respeito às diferenças, e isso inclui respeito às diferenças sexuais, o que

só acontecerá a partir do momento que essas forem debatidas e desmistificadas. Enquanto cidadãos, as crianças e jovens têm o direito de ter acesso a informações e reflexões sobre sua sexualidade, para poder vivenciá-la de modo consciente e livre.

Alguns pais criticam e temem a educação sexual nas escolas, especialmente para crianças, como se fosse algo a despertar ou a estimular sua sexualidade, ou a gerar libertinagem, promiscuidade. Mas a sexualidade, a curiosidade e a busca de prazer existem desde sempre para todos os indivíduos e todos devem ter o direito de vivê-la de modo consciente e autônomo. De acordo com Paiva, Pupo e Barboza (2006), abordar precocemente a sexualidade não se mostra como um fator determinante que resulta na iniciação sexual precoce dos adolescentes e, do mesmo modo, não se configura como um estímulo para a frequência do sexo nesta população. Ao contrário, é uma estratégia projetiva que favorece a redução à exposição às situações de risco e vulnerabilidades, bem como garante o direito dos adolescentes ao acesso às práticas de prevenção.

Alguns princípios básicos devem nortear a educação sexual. Um deles é a ideia de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de suas vidas e, portanto, da sua sexualidade, e do próprio processo educacional. Com diferentes níveis de independência e amadurecimento, todos devem participar ativamente do processo de aprendizagem. A sexualidade deve ser entendida além do aspecto biológico, já discutido, compreendendo os componentes das relações humanas, aspectos afetivos, culturais e sociais. Não deve ser vista como uma prevenção em saúde apenas, mas como um processo educacional. A vivência da sexualidade deve ser entendida como um direito de todo cidadão. Para tanto, todos têm o direito de terem informações claras sobre o tema e de ter oportunidades de refletir sobre e expressar valores, preconceitos, sentimentos, para formar suas próprias concepções e tomar atitudes conscientes e autônomas. Entende-se, portanto, que a educação sexual tem um papel político, de diminuir as relações de dominação e submissão e transformar as relações interpessoais, acabando com preconceitos e gerando um maior respeito às diferenças, com destaque às diversidades sexuais (NARDI, 2008; ALTMANN, 2013).

Nesta perspectiva de educação sexual, as práticas devem, a partir do reconhecimento do exercício da sexualidade como direito humano,

estar comprometidas com a ética e emancipação dos sujeitos, a favor da autonomia nas vivências da sexualidade (BARREIRO; TEIXEIRA-FILHO; VIEIRA, 2006; MAIA et al., 2012).

Entende-se que o professor antes de tudo deve refletir sobre suas próprias concepções, preconceitos, vivências da sexualidade (BARREIRO, TEIXEIRA-FILHO, VIEIRA, 2006). Eles também fazem parte dessa sociedade, tiveram determinada educação, têm seus valores, moral e sentimentos. Um educador precisa estar à vontade com o tema para trabalhá-lo com seus alunos. Se estiver, todas as situações cotidianas podem ser aproveitadas para esclarecimentos e debates sobre o tema. O professor não deve transmitir seus valores para os alunos. Claro que nunca será totalmente neutro nos debates e em sua postura. Mas, deve buscar ser um "facilitador", seguindo alguns objetivos, como os citados por Figueiró (2003): ouvir seus alunos e partir de suas necessidades, interesses, conhecimentos e dúvidas; criar um clima de confiança, respeito e naturalidade; incentivar a participação e fala de todos sobre o tema; informar; desmistificar; promover reflexões críticas para que os alunos possam formar suas próprias ideias e ter atitudes mais autônomas e conscientes, de modo a vivenciar sua sexualidade com alegria, responsabilidade e liberdade, respeitando as diferenças, o corpo e os sentimentos de si próprio e dos outros.

Deve-se estar atento às necessidades dos educandos, no entanto Figueiró (2003) aponta que os professores não devem apenas responder exclusivamente o que eles perguntam e ponto final, mas sim devem aproveitar as situações de questões e interesse para propor um bate-papo, alongar a conversa, sem forçar a situação, dando espaço e oportunidade para o educando falar mais, perguntar sobre ele. Para tanto, o professor precisa ter uma postura e atitudes coerentes com seu discurso no momento em que as situações acontecem. De nada adianta o professor ter um discurso ou teoria sobre o tema, mas no momento em que os alunos se comportam ou falam algo sobre sexo, como por exemplo, põem apelidos nos órgãos sexuais ou os desenham de modo jocoso ou ainda, riem do assunto, o professor ter uma atitude de censura, respostas evasivas ou mudar de assunto. Como aponta Figueiró (2003), é necessário se sair bem "na" situação e não "da" situação, sendo possível e muito enriquecedor inclusive os momentos de risos e apelidos.

Além dos temas de interesse dos alunos, alguns conteúdos imprescindíveis podem ser inseridos pelos educadores. Entre eles, destacam-se: gênero (representações sociais igualitárias), prazeres humanos (desvinculação de culpas e vergonha); DST/AIDS, aborto, (anti) concepção, gravidez, masturbação, diversidades sexuais, amizade, entre outros. Tudo pode ocorrer informalmente, como dito, ou previamente planejado. Para tanto, Figueiró (2003) apresenta algumas estratégias: leitura (livros infantis, juvenis, adultos), desenho e artes plásticas, dramatização, exposição dialogada, entrevistas com outras pessoas, entre outros. Mas, mais importante que qualquer estratégia, é que sejam considerados e repensados constantemente os princípios e objetivos propostos e que cada educador construa suas próprias estratégias de acordo com sua realidade. Além disso, faz-se essencial a discussão e debate da escola como um todo (professores, funcionários, alunos e pais) sobre a importância dessa temática e para construção conjunta dos conteúdos a ser trabalhados, para que todos participem ativamente do processo e esse não se restrinja a ações pontuais e passageiras.

Deficiência intelectual e sexualidade: mitos persistentes e desafios para a educação

A concepção tradicional da deficiência intelectual, a perspectiva médica, procura explicá-la através de atributos inerentes, internos ao indivíduo. Ela define a deficiência como o resultado de elementos ou características patogênicas presentes no organismo do indivíduo, assim, a origem da deficiência estaria unicamente na própria pessoa portadora dessa deficiência, estando o foco em seu corpo e/ou comportamentos. As metodologias utilizadas para identificar a deficiência intelectual são testes que objetivam quantificar o desempenho cognitivo de uma determinada população. Os indivíduos que apresentam baixo desempenho cognitivo são considerados deficientes intelectuais, classificados em diferentes níveis.

O que ocorre, é que mesmo com tantas mudanças no decorrer da história, a maioria dos serviços voltados ao deficiente intelectual e as relações estabelecidas com eles são orientados de acordo com esta concepção. Assim, todas as dificuldades relacionadas ao deficiente intelectual são vistas como decorrentes da própria limitação do indivíduo e negligencia-se o contexto social do qual ele faz parte. Assim, os deficientes intelectuais, que se comportam diferentemente do nosso padrão so-

cial, ainda são marginalizados e privados das oportunidades de trabalho, relações afetivas e de exercer seus direitos e deveres.

Vários estudiosos entendem que esta perspectiva não permite a compreensão real acerca deste fenômeno e vêm lutando para uma transformação desse entendimento. A deficiência é um fenômeno muito mais complexo, socialmente construído (OMOTE, 1980). As condições orgânicas patológicas realmente podem gerar incapacidades, mas o nível de funcionamento do indivíduo não é determinado apenas por essas. Nenhuma diferença individual pode ser considerada deficiência por si só. É a audiência social, a comunidade, que a partir de determinados critérios ou padrões, define se alguma característica ou limitação tem um caráter de desvantagem.

Geralmente, esses indivíduos têm seu ambiente social restrito à família e a outras pessoas também portadoras de deficiências; têm poucas oportunidades de desenvolver diferentes habilidades, têm poucas experiências que possibilitem uma descoberta de seus interesses e uma saudável construção e expressão de sua subjetividade e cidadania.

De um modo geral, ainda se observa uma negligência grande com relação à temática da sexualidade e da educação sexual, que reflete os tabus sociais e preconceitos ainda fortes, o despreparo dos pais e profissionais para lidar com a questão, muitas vezes devido a dificuldades em lidar com sua própria sexualidade, como já foi dito.

Quando se fala de sexualidade do deficiente intelectual, a questão se agrava. Geralmente ele é visto como desviante em todos os aspectos, não tem seus desejos respeitados nem oportunidades de expressar seus sentimentos e desenvolver sua independência em nenhuma circunstância. Além disso, muitas pessoas entendem que por ter uma limitação cognitiva, ele deve apresentar limitações emocionais, afetivas, sociais e sexuais (DENARI, 2002).

Diante desse contexto, muitas pessoas com deficiência intelectual acabam expressando e vivenciando sua sexualidade de modo considerado inadequado para a sociedade ou acabam por não vivenciá-la da forma como desejam. Assim, temos relatos de professores e pais sobre pessoas com deficiência intelectual que se masturbam compulsivamente em locais públicos, que agarram os colegas à força ou ainda, sobre aqueles que nunca demonstraram qualquer interesse afetivo, amoroso ou sexual por ninguém, ou mesmo que não buscaram prazer no próprio corpo, mesmo tendo idades

muito avançadas. Esses relatos são justificados geralmente com base na própria deficiência, como se essa gerasse uma sexualidade aflorada, exacerbada ou como se a inibisse, como se a cognição estivesse diretamente relacionada ao desejo, ao prazer e à afetividade, negligenciando-se os aspectos educacionais, culturais e sociais responsáveis em grande parte pelos fenômenos relatados.

Assim, com relação à sexualidade, o deficiente intelectual é visto, na maioria das vezes, em dois extremos: ou como um anjo, ou seja, assexuado, uma eterna criança, ingênuo; ou como uma fera, agressivo e descontrolado em sua sexualidade, como descreve Giami e D'Allonnes (1984) em sua pesquisa com pais e educadores sobre suas concepções quanto à sexualidade de seus filhos e alunos. Ambas as concepções estão equivocadas e baseiam-se na desinformação e em preconceitos. Assim, como todas as pessoas, os deficientes intelectuais têm sensações, desejos, pensamentos, que constituem a sexualidade, e têm o direito de vivenciá-la. Muitos autores têm apontado que a grande maioria das pessoas com deficiência intelectual não apresenta sexualidade qualitativamente diferente das demais, nem qualquer característica problemática ou patológica quanto à sua sexualidade que seja intrínseca à sua deficiência (FERREIRA, 2001). Ribeiro (2001) aponta para alguns aspectos sociais, utilizados como argumentos para as posturas de negação ou repressão da sexualidade do deficiente intelectual, entre eles: muitas pessoas imaginam que o deficiente intelectual não é capaz de desenvolver as responsabilidades necessárias para um envolvimento sexual; geralmente ele foge aos padrões estéticos ditados socialmente; são considerados mais vulneráveis a possibilidades de exploração sexual, devido à ideia de que não desenvolvem noções de "certo" e "errado" ou têm possibilidades de defender-se.

O fato de o deficiente intelectual não desenvolver responsabilidades ou aprender a desempenhar adequadamente papéis sexuais está relacionado à falta de oportunidade para esse aprendizado e não devido uma incapacidade inerente à sua condição. O deficiente intelectual é privado do convívio social amplo, de momentos de privacidade nos quais a sexualidade pode ser orientada e, então, exercida com prazer entre as partes envolvidas.

Estes conflitos são ainda mais acentuados no deficiente intelectual por suas limitações em abstrair às diversas informações que chegam a ele e por ele não entrar em contato com situações, contextos, que lhe permitam avaliar e comportar-se de acordo com o aceito socialmente. Assim, muitas

vezes o deficiente intelectual expressa a sua curiosidade de forma direta, de forma não acessível à argumentação na maioria das vezes e, portanto, sendo mal interpretado pelo ambiente familiar ou escolar, que vê na curiosidade sexual do filho ou aluno, um sintoma patológico. No estudo de Littig et. al (2012), a maioria das mães indicou a ideia de ausência de sexualidade nas pessoas com deficiência intelectual, com posturas infantilizadoras e superprotetoras em relação aos seus filhos.

Os jovens com deficiência intelectual entrevistados por Vieira e Coelho (2014) sentiam-se pouco informados sobre a temática da sexualidade e apresentaram vivências de relacionamentos que indicam vulnerabilidade e exposição a situações de riscos tanto no âmbito biológico quanto psicossocial.

Dantas, Silva e Carvalho (2014) discutem ainda as relações de gênero, intensamente marcadas no caso das mulheres com deficiências, pela excessiva dependência familiar, fragilidade e submissão feminina. Se por um lado, algumas mulheres nesta condição podem por vezes estar expostas a situações de risco e vulnerabilidade por diferentes razões, que podem acarretar em abusos e/ou comportamentos promíscuos, por outro lado, quando há a decisão consciente por parte delas de vivência de sua sexualidade e consentimento para relações sexuais, há espanto da maioria das pessoas, que duvida desta possibilidade.

A falta de informação sobre as potencialidades do deficiente intelectual e de sua sexualidade faz com que se perpetuem os estereótipos acerca desta. Assim sendo, são negadas ao deficiente intelectual as possibilidades de interagir socialmente e desenvolver suas potencialidades. A sociedade de forma geral avalia negativamente o comportamento sexual do deficiente intelectual e interage com estes somente considerando suas deficiências. Como a sexualidade é um processo desenvolvido a partir da interação, o deficiente intelectual aprende a comportar-se sexualmente de acordo com as expectativas sociais sobre ele. Sendo assim, o deficiente intelectual age de forma estereotipada, o que permite que a sociedade mantenha e justifique suas ações preconceituosas, utilizando-se da própria ação do deficiente intelectual, no processo denominado por Rosenthal e Jacobson (1968) de "profecia autorrealizadora".

Como já exposto, a vivência da sexualidade é um direito de todos os indivíduos. Como a sexualidade é um processo ao longo de toda a vida das pessoas, ignorá-la, em qualquer momento, pode trazer problemas ao desenvolvimento dos indivi-

duos. A falta de informação acerca do que ocorre consigo deixa a criança ou o jovem mais vulnerável e desprotegido. Este quadro agrava-se no deficiente intelectual.

O que costuma ocorrer é que por sentirem-se constrangidos e desconfortáveis com as manifestações sexuais do deficiente intelectual, muitas vezes diferenciadas por sua não compreensão das regras sociais, os familiares e educadores agem de forma a impedir que o deficiente intelectual vivencie sua sexualidade e aprenda a adequá-la ao meio social. Geralmente quando o deficiente intelectual fala sobre sexo ou age de forma a demonstrar um interesse sexual ou algum tipo de excitação, as pessoas o repreendem ou simplesmente ignoram o fato. Isso ocorre porque muitos consideram a sexualidade no deficiente intelectual como patológica, consideram-no assexuado ou acreditam que ao falar sobre o sexo com deficiente intelectual estariam estimulando um instinto sexual que traria problema, como já exposto.

A educação sexual inicia-se na infância e estende-se por toda vida do indivíduo. É no âmbito familiar que este processo se inicia, no relacionamento que os pais estabelecem com os filhos no cotidiano, através do qual lhe transmitem valores sociais, morais e religiosos. Esta educação abrange todas as relações sociais da criança e mais tarde do adolescente e de sua vida adulta, na escola, com outros familiares, amigos, relacionamentos amorosos, trabalho, TV, como explicitado anteriormente.

No caso dos deficientes intelectuais, a atividade da educação sexual deve ter como objetivos fazê-los compreender o que acontece com seu próprio corpo, ajudá-los a aprender os códigos sociais que regem os comportamentos sexuais e seu meio e possibilitar um relacionamento saudável e benéfico entre os deficientes intelectuais e sua família, instituição e meio social. O importante é que se crie um espaço que permita ao deficiente intelectual vivenciar situações e, a partir delas, aprender a compreender as informações e agir da forma que lhe traga menos prejuízos. Parece estar claro que os princípios, objetivos e mesmo as estratégias discutidas acerca da educação sexual geral mantêm-se quando se trata da educação sexual de pessoas com deficiência intelectual, realizando as adaptações necessárias. Ou seja, independente das diferenças e possíveis limitações advindas da deficiência, reforça-se a necessidade da efetivação de práticas que promovam a autonomia dos sujeitos, a partir do reconhecimento do exercício da sexualidade enquanto um direito humano.

Segundo Gherpelli (1995), existem certas ati-

tudes básicas que as pessoas que lidam com deficientes intelectuais devem apresentar quanto à sexualidade. Uma delas é estar atento quanto a seu próprio posicionamento frente ao tema, manter-se informado, buscar desvencilhar-se dos preconceitos. Outra é a escuta da real necessidade do deficiente intelectual e a interpretação do que ocorre com ele, atentando para suas limitações biológicas, para o meio no qual está inserido e para as contingências presentes, e abordá-lo da melhor forma possível.

Entende-se que o tema deve ser tratado com naturalidade, é preciso falar da sexualidade abertamente, sempre buscando transmitir uma imagem positiva e saudável desta. Para isso ocorrer, não basta que se busquem informações. Deve-se repensar valores pessoais, a vivência da própria sexualidade (RIBEIRO, 2001).

Deve-se estar atento aos diferentes níveis de interesse e expressão da sexualidade dos deficientes intelectuais, que vão depender de sua história, maturidade, educação anterior, entre outros aspectos. A educação sexual deve acontecer de acordo com as necessidades do jovem, em uma linguagem que lhe seja compreensível e interessante. Recomenda-se a utilização de palavras simples e exemplos concretos, não se perdendo de vista todos os aspectos emocionais e sociais envolvidos.

Os pais, a escola e a sociedade como um todo devem responsabilizar-se por esse processo. Assim, mostram-se como sendo de extrema importância trabalhos com as famílias, os educadores, funcionários escolares, profissionais e a comunidade em geral. Além das estratégias já apontadas, no trabalho com deficientes intelectuais são essenciais constantes estímulos à participação e interação em ambientes da sociedade comum e compatíveis à idade e maturidade social.

Deve-se buscar compreender que os limites impostos pelo déficit intelectual do sujeito com deficiência não predominam sobre as demais áreas de seu desenvolvimento. Ele deve ser educado para a vida em sua plenitude, o que inclui a sexualidade. Como apontam Glat e Freitas (1996), a integração social do indivíduo com deficiência intelectual só é possível se ele estiver integrado consigo mesmo. Essa integração consigo mesmo perpassa inevitavelmente a aceitação e vivência saudável de sua própria sexualidade.

Assim, é dever de todos buscarem superar a repressão e a negligência, desafiar seus próprios medos e preconceitos e transformar os valores e práticas sociais, de modo a oportunizar a todos os indivíduos, com e sem deficiência, o acesso a um

direito humano essencial: o direito de vivenciar sua sexualidade de modo saudável e positivo, com responsabilidade, consciência, prazer e alegria.

Referências

- ALTMAN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, abr. 2013.
- BARREIRO, L.; TEIXEIRA-FILHO, F. S.; VIEIRA, P. M. Corpo, Afecto e Sexualidade: uma experiência da abordagem das sexualidades a partir das artes. *Revista de Psicologia da UNESP, Assis*, v. 5, n. 1, p.13-27. 2006.
- BERNARDI, M. *A deseducação sexual*. São Paulo: Summus, 1985.
- BORGES, A. L. V. *Adolescência e vida sexual: análise do início da vida sexual de adolescentes residentes na zona leste do município de São Paulo*. 2004. 185 f. (Tese de doutorado em Saúde Pública) Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRÊTAS, J. R. S. Vulnerabilidade e Adolescência. *Rev. Sociedade Brasileira de Enfermagem e Pediatria*, São Paulo, v.10, n. 2, p. 89-96, dez. 2010.
- CHAUÍ, M. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, M. C. O. et al. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, 2001, v. 77, supl. 2, p. 217-224. Disponível em: <http://moodle.epmcelp.edu.mz/pluginfile.php/3375/mod_resource/content/1/exualidade%20na%20adolesc%3%AAncia%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 22 set. de 2013.
- DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 4, p. 555-568, dez 2014.
- DENARI, F. E. Sexualidade e deficiência mental: reflexões sobre conceitos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 8, n. 1, 2002.
- FERREIRA, S. L. Sexualidade na deficiência mental: alguns aspectos para orientação de pais. *Temas sobre desenvolvimento*, São Paulo: Memnon, n. 55, v. 9, 2001.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. *Revista Linhas* (UDESC), v. 7, n. 1, p. 21, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132>>. Acesso em: agosto de 2013.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: UEL, 1996.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: *Anais do I Congresso de Educação Inclusiva*. Faculdades Integradas de Ourinhos, SP, 2003.
- FONTES, M. Ilustrações do Silêncio e da Negação: a ausência de imagens da diversidade sexual em livros didáticos. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v.8, n.16, p. 363-378, jul.-dez. 2008.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GHERPELLI, M. H. B. V. *Diferente, mas não desigual: a sexualidade no deficiente mental*. São Paulo: Gente, 1995.
- GIAMI, A.; D'ALLONNES, C. R. O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes mentais pelos pais e educadores. In: D'AVILA NETO, M. I. (org.) *A negação da deficiência: a instituição da diversidade*. Rio de Janeiro: Achiamé/ Socius, 1984.
- GLAT, R.; FREITAS, R. C. de. *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- GOMES, R. S. Educação em Sexualidade na escola: entre a normalização e a perspectiva dos direitos humanos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. In: *Anais Eletrônicos...* Florianópolis, 2013.
- LITTIG, P. M. C. B. et al. Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 18, n. 3, p. 469-486.

MAIA, A. C. B.; EIDT, N. M.; TERRA, B. M.; MAIA, G. L. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan-mar. 2012.

MEIRA, M. E. M. et al. Psicologia Escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. *Revista Ciência em Extensão*, v. 2, n. 2, p. 21, 2006. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/199>. Acesso em: maio 2013.

MOREIRA, T. M. M. et al. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 312-320, jun. 2008.

NARDI, H. C. O Estatuto da diversidade sexual nas Políticas de Educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. esp, p. 12-23, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea04.pdf>>. Acesso em: abr.2014.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escola. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 11, p. 59-87, ago. 2012.

OMOTE, S. *A deficiência como fenômeno socialmente construído*. Conferência. XXI Semana da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação. UNESP. Marília, 1980.

PAIVA, V.; PUPO, L. R.; BARBOZA, R. O. O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 40, p. 109-119, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40s0/15.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

PEREIRA, S. M. S. M. *Educação sexual em meio escolar: o caso de uma escola do Porto*. 2011. 104 f. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Epidemiologia Clínica, Medicina Preditiva e Saúde Pública, Universidade do Porto, Porto, 2011.

PIMENTA, R. A.; TOMITA, T. Y. Adolescência e sexualidade no cotidiano da Equipe de Enfermagem do Serviço de Atenção Básica à Saúde. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, Londrina, v. 28, n. 1, p. 39-52, jan-jun. 2007.

PRIORE, M. D. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

RIBEIRO, H. C. de F. Sexualidade e os portadores de deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 7, n. 2, 2001.

ROSENTHAL, R.; JACOBSON, L. *Pygmalion in the classroom: Teacher expectations and student intellectual development*. Nova York: Holt, 1968.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M.; PAULA, M. C. Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência: estudo de fatores de risco. *Rev Soc Bras Med Trop*, v. 37, n. 3, p. 210-214, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822004000300003>>. Acesso em: ago. 2013.

VIEIRA, C. M.; COELHO, M. A. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. *Revista tempos e espaços em educação*, v. 13, p. 201-211, maio-ago. 2014. Número Temático: Educação e Corporeidade.